

DISCURSO DO MST E AÇÕES DE REFRAMING

Vinícius Nicéas do Nascimento¹

RESUMO: O objetivo deste artigo foi a análise da conceptualização da noção de reforma agrária no discurso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tomamos como aporte teórico a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a proposta de *reframing*, de George Lakoff (2007), para discutir o processo de mudança conceitual. Os dados analisados são notícias e entrevistas publicadas *on-line* no Jornal do MST, durante o período de 2007 a 2010. Nesse domínio discursivo, a noção de reforma agrária se mostra a partir de referências a questões de natureza ecológica, econômica, política e social, objetivando uma mudança na estrutura social do país partindo da reforma agrária. A partir das análises, observamos como a noção de reforma agrária é construída discursivamente pelo MST e como essas ações operam no processo de um possível *reframing* da noção de reforma agrária.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma agrária; MST, Análise Crítica do Discurso; Cognição.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo fue la investigación de la conceptualización del concepto de reforma agraria en el discurso del Movimiento de los Trabajadores sin Tierra (MST). Utilizamos el constructo teórico del Análisis Crítico del Discurso y la propuesta de *reframing* de George Lakoff (2007), para la discusión del proceso de cambio conceptual. Los datos analizados son noticias i entrevistas publicadas *online* en el Periódico del MST, en el período de 2007 hasta 2010. En este campo discursivo, el concepto de reforma agraria se presenta partiendo de referencias a cuestiones de naturaleza ecológica, económica, política e social, con el objetivo de un cambio en la estructura social del país a partir de la reforma agraria. Con nuestros análisis, observamos cómo el concepto de reforma agraria se construye discursivamente por el MST y cómo estas acciones actúan en el proceso de una posible reformulación del concepto de reforma agraria.

PALABRAS-CLAVE: Reforma agraria; MST, Análisis Crítico del Discurso; Cognición.

1 Primeiras palavras

As ações discursivas realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) apontam que a Reforma Agrária é um projeto de sociedade para o Brasil, tornando-se um discurso constituído ideologicamente comopositor ao discurso reverberado pela mídia, a qual realiza ações discursivas que criminalizam esse movimento social. Fairclough (2001) salienta o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade individual, o que implica compreender o discurso como um modo de ação sobre os outros, considerando uma relação entre discurso e estrutura social na qual o discurso é moldado e/ou restringido por tal estrutura.

Nesse sentido, o discurso contribui para a constituição das dimensões da estrutura social, visto que “a prática discursiva é constitutiva tanto da maneira convencional como

¹ Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Professor de Língua Portuguesa da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Pernambuco (FATEC PE). E-mail: viniciusniceas@hotmail.com

criativa: contribui para reproduzir a sociedade, mas também contribui para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). As discussões propostas pelo movimento social dos sem-terra expressam a necessidade da realização de seu projeto, não só em benefício dos que lutam por ele, mas de toda a sociedade brasileira, visto que, nas palavras do MST, a reforma Agrária é, também, justiça social.

Nossa discussão está centrada no tratamento de uma (re)conceitualização da noção de Reforma Agrária no domínio midiático do MST², observando as ações linguístico-cognitivas que operam num processo de *reframing* da noção. Tal propósito permite-nos refletir também sobre a relação discurso-cognição-sociedade (VAN DIJK, 2008) e, assim, discutir a própria construção do conhecimento, bem como as relações do poder que operam na organização desse conhecimento, a partir da ação de domínios discursivos específicos. O domínio discursivo do movimento social, aqui discutido por meio do *Jornal do MST*, opera a partir de um posicionamento discursivo explícito: o discurso do MST é o discurso do contrapoder, discurso que enfatiza aspectos de natureza política, ecológica e econômica, os quais permeiam a sua prática e possibilitam pistas da noção de Reforma Agrária defendida.

O aporte teórico adotado neste estudo é o da Análise Crítica do Discurso (ACD), de vertente sociocognitiva, no qual os analistas assumem uma posição de intervenção social e política em uma determinada prática social, através do discurso, que tem como finalidade a transformação social. Conjuntamente à ACD, a investigação sobre o processo de *reframing* está ancorada pelos postulados discutidos por George Lakoff (2007), que entende os *frames* como estruturas mentais que orientam nossa concepção de mundo. Assim, a mudança dessas estruturas pode operar no processo de (re)conceptualização do conhecimento.

O *corpus* analisado foi composto por notícias e entrevistas a respeito da Reforma Agrária publicadas no *Jornal do MST*, durante o segundo mandato do Governo Lula, correspondendo a 39 jornais. A justificativa para a escolha desse período deve-se ao fato de que o Governo investigado, o do Partido dos Trabalhadores (PT), compartilha, historicamente, relações políticas e ideológicas com o grupo discursivo que se localiza no contrapoder, o MST, o que poderia resultar em ações de *reframing* sobre a noção de Reforma Agrária. Nesse sentido, selecionamos do *corpus* os textos que apresentaram a noção de reforma agrária e/ou aspectos constitutivos desta noção na materialidade linguística. Tal delimitação permitiu observar os matizes do discurso MST ao longo do período delimitado,

² Este trabalho integra os resultados oriundos do projeto “Práticas discursivas e mudança social: uma investigação sobre a (re)conceitualização da noção de Reforma Agrária”, coordenado pela professora Dra. Karina Falcone (UFPE), nos anos 2011-2012.

analisando as ações e as possibilidades de *reframing* para o conceito de Reforma Agrária durante o Governo Lula.

2 Da Análise Crítica do Discurso e do processo de *reframing*

A Análise Crítica do Discurso é uma unidade interdisciplinar que compreende elementos teóricos de várias ciências humanas e sociais, não podendo ser considerada como método analítico, embora utilize métodos das ciências interligadas. Com o aporte dessas ciências, a ACD e a Linguística agregam aos seus estudos perspectivas acerca da ação e da estruturação social. As investigações da ACD buscam compreender, segundo van Dijk, “o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político” (VAN DIJK, 2008, p. 113), visando beneficiar grupos dominados e contribuir para o abandono ou a mudança das práticas discursivas ilegítimas, tais como discriminação, dominação e preconceito.

A abordagem que os analistas críticos do discurso apresentam não é neutra, pois é uma tomada de posição ideologicamente explícita, em oposição às desigualdades sociais, enfocando os modos pelos quais as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de poder e dominação na sociedade (VAN DIJK, 2008). O discurso é elemento indispensável para o controle social, pois atua no conhecimento dos indivíduos e “se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar” (VAN DIJK, 2008, p. 18).

A investigação acerca do processo de (re)conceptualização ou *reframing* está balizada na premissa de que a mudança de um determinado conceito é uma alteração na forma de ver e perceber o mundo, sendo tal mudança de caráter social. Para Falcone (2008, p. 47), *reframing* “são ações cognitivas que propiciam operações linguísticas, partindo de enquadres elaborados por pontos de vista diferenciados”. Uma produção discursiva, nesse sentido, expressará alterações quando houver uma transformação cognitiva no tocante às ideias, visto que “o uso concreto da linguagem começa pelas ideias” (LAKOFF, 2007, p. 20).

A construção das ideias que são expressas em práticas discursivas passa pela ideologia que constitui um grupo social. Ideologia, nesse contexto, é entendida como representações sociais que influenciam socialmente a forma de perceber um grupo específico como diferente de outro, como aponta Falcone (2008). O discurso do MST é constituído pela

ideologia que busca e/ou propõe a realização da reforma agrária e é reconhecido socialmente por expressar esta ideologia

Nesse direcionamento, observar elementos linguístico-discursivos que possibilitem discutir a ação do discurso na reformulação semântico-cognitiva de determinada noção é um aspecto que não pode ser negligenciado. Defendemos que uma mudança conceitual requer uma mudança discursiva e cognitiva, pois entendemos tais processos como constitutivos (FALCONE, 2008).

A construção do discurso do MST sobre Reforma Agrária se dá a partir de conceitos que envolvem questões sociais, econômicas, ecológicas etc. A Reforma Agrária representa, segundo o MST, um dos anseios da classe trabalhadora brasileira, que não é apenas um trato com a terra, mas também com o ser humano. A reelaboração de tal noção pode acarretar um processo de (re)conceptualização, impulsionando um *reframing* do conceito de Reforma Agrária.

Ademais das questões sobre Reforma Agrária, o discurso do movimento social também se posiciona acerca das atribuições de criminalização expostas na mídia, numa ação de contrapoder, lançando mão disso também como mecanismo para reforçar e instigar a reflexão acerca da execução da reforma agrária. Nesse direcionamento, o discurso da mídia opera na marginalização do movimento, desconsiderando as questões defendidas pelo movimento social (NASCIMENTO; FALCONE, 2011).

3 Da análise da noção de reforma agrária

Nosso *corpus* de análise foi composto por vinte e duas notícias e sete entrevistas, que apresentaram a partir de algum elemento linguístico-discursivo a noção de Reforma Agrária, publicadas no *Jornal do MST*, entre 2007 e 2010, como já apontamos anteriormente.

Para esta investigação, tomamos três categorias de análise, a saber: as *metáforas* (LAKOFF; JOHNSON, 2002), categoria não só de natureza linguística, mas também cognitiva, que se materializa em expressões linguísticas; os *macro-temas* (VAN DIJK, 1996), que orientam os tópicos discutidos na prática discursiva; e a *polarização* (VAN DIJK, 1998, 2001), que evidencia os atores sociais envolvidos na prática social e suas especificidades, sendo essas categorias de nível discursivo-cognitivo.

A seguir, discutimos cada categoria de análise, bem como observamos a relevância destas no processo de construção da noção de reforma agrária e de um possível *reframing*.

3.1 Metáforas

As metáforas, nos estudos linguísticos de perspectiva cognitiva, compõem a linguagem humana, indo além do status de recurso linguístico, poético e/ou retórico, mas sendo um constituinte do pensamento, da linguagem e das ações que desenvolvemos cotidianamente, nos termos de Lakoff e Johnson (2002). É na linguagem que podemos perceber as relações conceptuais que estabelecemos nas práticas vividas em sociedade. Fairclough (2001) expõe que a escolha que fazemos de uma metáfora e não de outra constrói nossa realidade de uma maneira particular à nossa experiência.

Assim como os *frames* (LAKOFF, 2007), as metáforas acionam os modelos mentais que já possuímos para uma compreensão do discurso elaborado. De acordo com Lakoff e Johnson (2002), a elaboração de metáforas é constitutiva das práticas do discurso, pois nos comunicamos, em essência, por elaborações metafóricas.

Observemos alguns excertos do *corpus*, para tratar da natureza das expressões linguísticas metafóricas no discurso do MST:

- (1) a **máquina burocrática** protege o latifúndio. (*Jornal do MST*, nº 269, jan. 2007)
- (2) Novas usinas de álcool e biodiesel geram **um verdadeiro mar de cana e de soja** em monoculturas por todo o Brasil. (*Jornal do MST*, nº 270, mar. 2007)
- (3) Prometem maravilhas, mas **escondem a sua sujeira embaixo do tapete**. (*Jornal do MST*, nº 270, mar. 2007)
- (4) **Um carimbo negativo** que buscam colocar é que toda organização que luta por direitos deveria ser considerada terrorista. (*Jornal do MST*, nº 301, mar. 2010)

Nesses fragmentos, podemos perceber que o discurso do MST se apresenta como um enfrentamento à realidade social vigente. O trato com as questões de cunho agrário é um dos eixos de luta do movimento. No exemplo (1), percebemos o posicionamento do movimento em relação à política brasileira sobre a reforma agrária: a organização da sociedade, altamente burocratizada e lenta, prejudica as ações agrárias, ao passo que beneficia os que não querem a realização da mesma, pois proteger o latifúndio é ser contrário à reforma agrária. Na mesma perspectiva, temos o exemplo (3), no qual o MST afirma que existem questões sendo ocultadas politicamente no tocante à reforma agrária, a partir da expressão “sujeira embaixo do tapete”, ou, quiçá, na sociedade como um todo.

Já o exemplo (2) apresenta uma expressão metafórica relacionada a um dos macrotemas do discurso do MST: o combate à monocultura, discutido no tópico seguinte. Apresentar as plantações de cana e soja como *um mar* revela a amplitude dada a essas ações, que são uma prática não condizente com os propósitos agrários defendidos no projeto de reforma agrária do MST. É uma prática que inviabiliza a plantação de diversos produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, centraliza o trabalho e os rendimentos nas mãos dos donos de terras e usineiros, o que não beneficia os trabalhadores rurais. Esse *mar* também reflete o tamanho da luta pela conquista da reforma agrária, visto que seria/é necessário (com)viver com esse mar.

Outra questão que permeia as ações sociais do MST é a constante tentativa de descriminalização do movimento, que se materializa linguisticamente no discurso do MST, como no exemplo (4). O *carimbo negativo* afirmado é uma apresentação de que as ações do movimento são prejudiciais para a sociedade. Notamos a firmeza nessa proposição com o uso do termo *terrorista*, que intensifica a caracterização negativa a respeito do MST, além da configuração de que tal termo se propõe não apenas ao movimento social em questão, mas a todos os que lutam pelos direitos. É, nesse sentido, uma tentativa de controle social por meio do discurso (VAN DIJK, 2008).

Vejamos outras metáforas no discurso do MST:

(5) Assim, o país daria **um salto na qualidade de vida** da população do campo. (*Jornal do MST*, nº 306, set.2010)

(6) Não podemos repetir a lógica do chamado “**quadrado burro**” na organização dos assentamentos... (*Jornal do MST*, nº 306, set.2010)

(7) Desmontar o “**entulho autoritário**” criado no governo Fernando Henrique Cardoso... (*Jornal do MST*, nº 306, set.2010)

Nesses outros exemplos de expressões metafóricas, percebemos que essas apresentam uma imagem do que deve ser repensado, e transformado, nas questões acerca da reforma agrária. O exemplo (5) aponta os benefícios da realização da reforma agrária no país, com um *salto na qualidade*, uma melhora efetiva, substancial. A metáfora criada com o termo *salto* revela a contribuição que a reforma agrária trará para a sociedade brasileira. Mesmo sendo recorrente em diversos discursos, essa metáfora aponta uma questão central do discurso do MST, a justiça social.

Já os exemplos (6) e (7) possibilitam reflexões sobre a atual situação da reforma agrária no país, com a utilização das expressões *quadrado burro* e *entulho autoritário*, que indicam a inadequação da divisão de terras que é trabalhada atualmente no país e a legislação criada para a reforma agrária que beneficia os grandes proprietários de terras, respectivamente.

Essas metáforas apontam algumas das reivindicações do MST, bem como permeiam a noção de reforma agrária defendida pelo movimento. Essas construções metafóricas, entre outras analisadas também por Nicéas (2013), refletem não só o discurso do MST como também as ações de reivindicação do movimento. Ou seja, como apontam Lakoff e Johnson (2002), as metáforas constituem a linguagem, o pensamento e as ações humanas.

3.2 Macro-temas do discurso

Os macro-temas do discurso dão conta da sumarização de aspectos tratados nas produções discursivas, o que compreende o discurso como um todo e não apenas alguns fragmentos e orações, como aponta van Dijk (1996). Os macro-temas operam na construção dos tópicos e dos textos, compreendendo que “se nos é possível construir uma macroestrutura para um discurso, podemos dizer que tal discurso é globalmente coerente”³ (VAN DIJK, 1996, p. 45, tradução nossa). No discurso do MST, observamos que a noção de Reforma Agrária proposta está permeada de alguns macro-temas, os quais orientam a produção discursiva do movimento social.

Observemos alguns excertos:

MACRO-TEMA 1: *Caráter participativo da Reforma Agrária*

[É necessário fazer] “as mudanças estruturais exigidas pelo povo brasileiro e que se espalham pelo continente latino-americano. Ao povo, cabe **o desafio de aumentar seu nível de participação política**, de organização e de mobilização” (*Jornal do MST*, nº 269, jan.2007).

MACRO-TEMA 2: *Responsabilidade ecológica*

[Observemos] “o contexto que vivemos atualmente do avanço da cana-de-açúcar, cultivo que por si só já é concentrador. E que por ser monocultura ela **extermina a biodiversidade**” (*Jornal do MST*, nº 276, set.2007).

³ No original: “[...] se nos es posible construir una macroestructura para un discurso, puede decirse que ese discurso es coherente globalmente”.

MACRO-TEMA 3: *Justiça social e soberania popular*

[Deve-se enfatizar] “a capacidade e **o direito dos povos de decidirem seus destinos**, de decidirem sob tudo aquilo que lhes diz respeito: na economia, na política, na vida social” (*Jornal do MST*, nº 271, abr/mai. 2007).

A reforma agrária, para o MST, consiste numa nova estruturação social e a participação da população neste processo é um constituinte indispensável, conforme apontou Nascimento (2012), numa análise da proposta de Reforma Agrária popular, produzida pelo MST. O engajamento do movimento social em diversas ações e a constante afirmação da participação popular na luta pela reforma agrária se configura como um diferencial entre a noção defendida pelo movimento e o discurso reverberado pela mídia sobre o movimento.

A responsabilidade ecológica é outro macro-tema do discurso do MST, que trata tanto da preservação da biodiversidade natural brasileira, quanto da manutenção da variedade da produção agrícola. Nessa perspectiva, o MST realiza um combate à prática da monocultura (de cana-de-açúcar e de soja, principalmente), a qual reduz a produção rural à agricultura de subsistência enquanto se instalam campos industrializados de produção em monocultura. Essa ponderação se reflete em todas as ações discursivas do MST, apontando que a inserção da questão ambiental/ecológica no discurso do MST é um fator que direciona a um *reframing* da noção de reforma agrária.

Os aspectos da justiça social e soberania popular, que formam o outro macro-tema do discurso, são os temas tradicionais da luta do MST, os quais compõem o discurso do movimento no engajamento pela Reforma Agrária e, sendo utilizados de forma imbricada, revelam a perspectiva ideológica que permeia a noção defendida pelo movimento e as suas ações.

A *justiça social* é a efetivação da divisão proporcional e justa da terra, sem o amplo benefício aos grandes produtores. É justiça com o povo brasileiro, que não deve ser explorado, seja financeiramente ou não, estabelecendo-se uma valorização do movimento social e do povo brasileiro, já que a reforma agrária contribuirá para toda a sociedade. A *soberania popular* é a própria atuação do povo nas ações e decisões sobre os rumos da reforma agrária, que questiona a constituição da sociedade e a política vivida no país.

Pontuamos que todos os macro-temas do discurso do MST se apresentam de forma imbricada e constitutiva, o que nos permite afirmar que a noção de reforma agrária proposta pelo MST é uma construção ideológica coesa, visto a amplitude de sua formação. Tal noção é perceptivelmente distinta da reverberada socialmente pela mídia (a compreensão de Reforma

Agrária como divisão e doação de terras), o que nos direciona a refletir sobre um possível *reframing* dessa noção.

Vale ressaltar, com a reelaboração do conceito de Reforma Agrária, a necessidade do MST de afirmar a noção defendida, tanto pela luta para a realização da Reforma Agrária no país como numa tentativa de legitimação da referida noção na sociedade. O caráter engajado do discurso do MST reflete essa tentativa: é com a legitimação dessa noção de reforma agrária que o MST propõe ampliar as discussões em busca da efetivação da sua proposta de mudança da estrutural societária brasileira.

3.3 Polarização

Nas relações de embate ideológico é perceptível a distinção feita entre *nós* e *eles*, conceituada como *polarização* por van Dijk (1998). Nesta oposição, os grupos sociais constroem uma imagem ideológica de si mesmos e dos outros, associada às representações dos acordos sociais existentes, conforme van Dijk (1998; 2001). Tal polarização *Nós x Eles* evidencia a imagem (positiva) que determinado grupo faz de seus membros, assim como a imagem (negativa) que é construída dos *Outros* (VAN DIJK, 2008). Propomos um quadro analítico da polarização apresentada no discurso do MST, a partir da representação dos atores sociais presentes na materialidade do *corpus*⁴:

POLARIZAÇÃO	
NÓS (MST e sociedade)	ELES (Governo e ruralistas)
Famílias assentadas Povo brasileiro Famílias camponesas Operários Agricultores Camponeses Militantes “Companheirada” Militância Classe trabalhadora “Os sem-terra” Trabalhadores	Latifundiários Usineiros Governo

QUADRO 1 – Polarização *Nós x Eles* no discurso do MST. Elaboração própria.

⁴ Considerando o caráter participativo da sociedade nas ações para a Reforma Agrária, o *Nós* é composto pelo MST e a sociedade civil.

A polarização *Nós x Eles* aponta a participação dos atores sociais na proposta de Reforma Agrária do MST. Todos os termos utilizados, tanto *Nós* quanto *Eles*, referem-se a uma coletividade, o que indica que não se trata da reforma agrária isoladamente. Também os itens lexicais utilizados para designar o *Nós* não apresentam o MST como o agente das ações pela reforma agrária, mas sim a união entre movimento social e sociedade civil.

Dos itens lexicais utilizados para referenciar o *Nós*, percebemos que os termos *militância* e *militantes* fazem referência direta ao MST, porém não indicam uma quebra dessa união entre MST e população. Nesta polarização, o trabalho é um ponto relevante na nominalização dos atores, a exemplo dos termos *trabalhadores*, *classe trabalhadora*, *camponeses*, *operários*, *agricultores*. Ponderamos que isso reflete o trato com a justiça social, um dos macro-temas do discurso do MST.

Em relação ao *Eles*, três termos foram utilizados com bastante recorrência e indicam a percepção dos envolvidos no processo de reforma agrária: *latifundiários*, *usineiros* e *Governo*. Os dois primeiros são referentes aos que se beneficiam com a situação agrária atual no país, os donos de terras e os grandes produtores em monocultura, respectivamente. O governo é referenciado como *Eles*, pois por não realizar a aguardada reforma agrária é visto como membro do outro grupo.

Com isso, percebemos o embate discursivo que se trava entre o MST, que busca o apoio da sociedade, e os proprietários de terras, que buscam manter sua hegemonia na produção agrária. A polarização aponta que há uma distinção ideológica entre os grupos e, também, uma diferença no entendimento sobre Reforma Agrária. Na produção discursiva do MST, a noção de Reforma Agrária defendida aponta uma participação do *Nós* e uma rejeição do posicionamento do *Eles*, conforme já discutiu van Dijk (2008) ao analisar outras relações discursivas.

Relevante é destacar que a noção de Reforma Agrária proposta pelo MST está constituída do fator ecológico, aspecto específico do discurso dos sem-terra, que não tem sido identificado no discurso da mídia, por exemplo, a qual a trata sob uma perspectiva econômica e/ou jurídica, o que aponta também uma polarização no discurso. Este aspecto diferencial poderia impulsionar o processo de *reframing* da noção de reforma agrária, visto que amplia a discussão acerca do tema.

4 Últimas palavras

O MST apresenta uma noção de Reforma Agrária que contempla vários âmbitos da realidade social brasileira, como agricultura, economia, educação e saúde, conforme os macro-temas analisados. O movimento entende que suas ações são formas de reivindicar a reforma agrária. Observamos que ademais de persistir na proposta defendida para a reforma agrária, o movimento social abre a discussão com a sociedade, pois entende que a reforma só é possível com a participação efetiva desta. Também, o movimento social passou a defender-se das atribuições de criminalização expostas na mídia, lançando mão disso como mecanismo para reforçar e instigar a reflexão acerca da execução da reforma agrária.

As expressões metafóricas presentes no discurso do MST refletem as questões que envolvem o conceito de reforma agrária e a luta para a realização de uma proposta que beneficie a sociedade. Os macro-temas e a representação polarizada dos atores sociais envolvidos apresentam o posicionamento ideológico e discursivo frente ao conceito de reforma agrária e à participação social. Esses aspectos linguístico-cognitivos e discursivos apontaram o engajamento político e o conceito discutido e proposto pelo movimento social acerca da reforma agrária.

Percebemos que ao passo que o MST afirma seu posicionamento ideológico acerca da reforma agrária, enfrenta o senso comum desta noção, que é apenas a distribuição de terra para trabalhadores rurais. Apontamos que esta ação discursiva pode ser considerada como uma tentativa de *reframing* sobre o tema, por entendermos que a realidade atual e o posicionamento social acerca do tema não são contemplados com a apresentação de uma visão reducionista.

Considerando a noção de *reframing* proposta por Lakoff (2007), apontamos que no período do segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) ocorreu uma intensificação nas discussões acerca do tema, bem como uma propagação mais ampla e sólida da noção de Reforma Agrária do MST, porém sem indicações de que um *reframing* da noção de reforma agrária possa ter ocorrido. Um dos indicativos para que a mudança conceitual possa não ter ocorrido diz respeito ao controle discursivo da mídia, que reverbera questões que não favorecem a discussão, e, tampouco, a aplicação de um projeto de Reforma Agrária que considere os elementos tratados pelo movimento social.

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FALCONE, K. *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LAKOFF, G. *No pienses en un elefante*. Madrid: Editorial Complutense, 2007.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

NASCIMENTO, Vinícius Nicéas; FALCONE, K. A mídia e a (re)conceitualização da noção de Reforma Agrária no Governo Lula: investigando as ações linguístico-cognitivas da prática discursiva. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 19, 2011, Recife. *Anais...* Recife: CONIC, 2011.

NASCIMENTO, Vinícius Nicéas. Reforma Agrária Popular: uma análise da proposta do MST. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 2, 2012, Recife. *Caderno de Resumos*. Recife: Siniel, 2012.

NICÉAS, Vinícius. As expressões metafóricas na construção do discurso do MST. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E LITERATURA, 2; ENCONTRO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E LITERATURA, 1, 2013, Garanhuns. *Anais...* Garanhuns: Ed. Jairo Nogueira Luna, 2013. p. 864-871.

VAN DIJK, T. *Estructuras y funciones del discurso: una introducción interdisciplinaria a la lingüística del texto y a los estudios del discurso*. México: Siglo XXI Editores, 1996.

_____. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 1998.

_____. El Discurso como interacción en la sociedad. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). *El discurso como interacción social: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001. v. 2, p. 19-66.

_____. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

**Artigo recebido em julho de 2016.
Artigo aceito em outubro de 2016.**